



PROCESSO Nº : 72052/2017
INTERESSADO : SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS
ASSUNTO : **Auditoria Operacional**
RELATOR : Conselheiro Luiz Henrique Moraes de Lima

INFORMAÇÃO

Trata-se de auditoria operacional no sistema prisional do estado de Mato Grosso, que teve como objetivos avaliar a gestão e o envolvimento dos órgãos/unidades que fazem parte do sistema e verificar o cumprimento das principais normas atinentes ao sistema prisional brasileiro.

A 1ª Secretaria de Controle Externo elaborou o relatório preliminar, no qual apresentou 10 (dez) achados de auditoria e sugeriu a citação dos responsáveis por aquelas irregularidades (Doc. Digital nº 91700/2017).

Após a apresentação das manifestações de todos os citados, foi elaborado relatório de defesa, no qual a equipe desta Secretaria de Controle Externo de Educação e Segurança consignou suas conclusões técnicas (Docs. Digitais nº 235177/2018 e 235665/2018).

Nesses termos, opina-se pelo **afastamento** da recomendação proposta, no **tópico 3.1**, ao Governador do Estado de Mato Grosso, Sr. José Pedro Gonçalves Taques, e pelo **afastamento** das recomendações propostas, nos **tópicos 3.4, item II, e 3.10, item III**, ao gestor da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos. Ainda, conforme a análise realizada, todos as demais recomendações e determinações devem ser **mantidas**.

Secretaria de Controle Externo de Educação e Segurança Pública do
Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 27 de novembro de 2018.



*Assinatura digital*¹

SÉRGIO HENRIQUE PIO DE SALES

Supervisor de Controle Externo de Educação e Segurança Pública

DESPACHO

Visto. De acordo. Submeta os autos ao Gabinete do Exmo. Conselheiro Interino **Luiz Henrique Moraes de Lima** para as providências cabíveis.

*Assinatura digital*²

PATRÍCIA LEITE LOZICH

Secretária de Controle Externo de Educação e Segurança Pública

¹ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.

² Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.